

CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS

VOTA	ÇÃO//2024
1ª Discussão _	votos a favor econtra
2ª Discussão _	_votos a favor econtra
3ª Discussão _	_votos a favor econtra
	Presidente

PROTOCOLO Nº 5542 DATA ENTRADA) 703/2024 HORÁRIO 6:57

PROJETO DE LEI 2066 /2024

Garante que trabalhadoras e trabalhadores por aplicativo ou vinculados a estabelecimentos que ofereçam o serviço de delivery possam entregar a mercadoria demandada pelos consumidores nas portarias de condomínios horizontais ou verticais no âmbito do Município de Visconde do Rio Branco-MG e dá outras providências.

O povo do Município de Visconde do Rio Branco, por seus representantes, os vereadores aprovam e o Prefeito Municipal Sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Esta Lei garante o direito das trabalhadoras e dos trabalhadores por aplicativo ou vinculados a estabeleciomentos que ofereçam o serviço de *delivery* de entregar as mercadorias solicitadas nas portarias de condomínios horizontais ou verticais.

Art.2° O objetivo desta Lei é eliminar o tempo de trabalho não pago às trabalhadoras e aos trabalhadores por aplicativo consistente no deslocamento entre a portaria e a unidade condominial de onde o consumidor demandou a mercadoria.

Parágrafo único. Não se impede que, mediante o pagamento de gorjetas ou adicionais pactuados diretamente no aplicativo, a trabalhadora ou o trabalhador aceitem entregar a mercadoria diretamente na unidade condominial de onde o cliente a solicitou.

Art.3° As pessoas com deficiência, as pessoas idosas, as pessoas com mobilidade reduzida, as pessoas obesas, as gestantes, as lactantes e as pessoas com criança



CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS

de colo poderão solicitar que a entrega seja feita na unidade condominial onde se encontram sem qualquer cobrança adicional.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões Presidente Tancredo de A. Neves, 07 de março de 2024.

Guilherme Guimarães

Assinado digitalmente por Guilherme Guimarãos de Azevedo NH, CHBR, OU=Câmara, O=Vereador, CN≑Guilherme Guimarãos de Azevedo, E=vereadorguilherme@viscondedoriobrance

de Azevedo Data: 2024,03.07 14:5

Vereador Guilherme Guimarães de Azevedo (PT)



<u>CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO</u> ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em questão visa abordar um desafio crônico na vida laboral dos trabalhadores por aplicativo, enfrentando a problemática do tempo de trabalho não remunerado, especialmente relacionado ao deslocamento para a entrega de mercadorias demandadas via aplicativo na residência do consumidor.

A realidade difícil dos trabalhadores brasileiros nesta categoria é marcada por altas taxas de exploração, resultantes de baixa remuneração (R\$ 1.173, aproximadamente R\$ 5 por hora em 2021) e longas jornadas (superiores a 12 horas diárias), por vezes abaixo da remuneração mínima por hora (R\$ 6 em 2023), conforme apontado pela pesquisa do projeto Fairwork da Universidade de Oxford.

Essa precariedade é atribuída a estruturas sociais, como a dependência e periferia do Brasil, que empurram a maioria dos trabalhadores para a superexploração, e ao racismo, que expõe pessoas negras a vulnerabilidades, levando-as a aceitar condições laborais adversas. Importante destacar que 68% dos entregadores se auto declaram pretos ou pardos, e 42% têm renda familiar abaixo de três salários mínimos.

Adicionalmente, os trabalhadores por aplicativo enfrentam a falta de locais apropriados para estacionar seus veículos, muitas vezes bicicletas, agravando ainda mais sua situação, inclusive em termos de segurança pessoal.

Diante desse panorama, o PL busca propor uma solução que, embora reconhecidamente insuficiente, visa tornar mais justa a relação laboral e remuneratória desses profissionais.

Incluímos ainda a possibilidade de os trabalhadores negociarem a entrega da mercadoria em local distinto da portaria, em troca de adicionais ou gorjetas, preservando assim os ganhos de acordo com o tempo de trabalho e valorizando a autonomia da vontade tanto dos trabalhadores quanto dos consumidores.

Quanto ao artigo 3°, nos baseamos na analogia com o direito de atendimento prioritário da Lei Federal nº 10.048/2000, destacando as condições pessoais autorizadoras da prioridade e adaptando o dispositivo, excluindo apenas os "doadores de sangue" que não necessariamente possuem restrições à locomoção.

Sala das Sessões Presidente Tancredo de A. Neves, 07 de março de 2024.